

Filósofos Franceses no Brasil: um depoimento

Renato Janine Ribeiro

No começo da década de 1930, criam-se as duas primeiras universidades brasileiras, a saber, a Universidade do Brasil, em 1931 (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro) e, em 1934, a Universidade de São Paulo, esta última mantida por esse Estado da Federação. Já havia, no Brasil, instituições de ensino superior, a começar pelas duas Faculdades de Direito instaladas em 1827, a de São Paulo – incorporada em 1934 na USP – e a de Olinda, depois transferida para o Recife e que hoje pertence à Universidade Federal de Pernambuco. Mas é apenas depois de 1930 que elas se articulam em estruturas universitárias.

O projeto da USP teve por espinha dorsal a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – que mais tarde, em 1969-70, seria cindida em oito institutos diferentes. A idéia era dar, a uma série de faculdades de forte vocação profissional, que formavam advogados, engenheiros, médicos, dentistas e agrônomos, um contrapeso e uma fundamentação na pesquisa científica. Uma faculdade que mesclaria as ciências exatas, as biológicas e as humanas, tendo em comum o foco na pesquisa, assim conferiria à USP o seu sentido de universidade. Para tanto, foram convidados professores europeus; no caso da Filosofia, franceses.

Assim foi que, durante quase quarenta anos, o departamento de filosofia da USP teve professores franceses, pagos pelo menos em parte pelo governo da França e que ministravam parte pelo menos de seus cursos em sua língua nativa, isso na graduação. Entre eles, estiveram nomes de destaque, como Gilles-Gaston Granger, Claude Lefort e Gérard Lebrun, este último o mais presente na história da USP, porque nela lecionou, intermitentemente, dos anos 60 aos 90.

Quando ingressei, como aluno, no departamento de filosofia da USP, em 1968, o panorama da filosofia brasileira era em larga medida tomista ou eclético. Faculdades de teologia e seus ex-alunos dividiam a cena filosófica com pessoas de formação erudita mas eclética, nem sempre capazes de uma leitura científica e rigorosa dos textos fundamentais da área. Provavelmente as duas grandes exceções a esse quadro estavam na USP e na UFRGS. Nesta última, lecionavam – entre outros – o veterano professor Ernani Fiori e os jovens Gerd Bornheim e Ernildo Stein.

No caso da USP, pode-se dizer que a formação – em larga medida, francesa – se assentava num trinômio. A filosofia ali ensinada era rigorosa, republicana e talvez de esquerda. O rigor se devia a mestres franceses, como Martial Guérout e Victor Goldschmidt, que haviam formado seus alunos brasileiros segundo regras que, mais tarde, viriam a ser

chamadas de estruturalistas. Um clássico era o *Descartes selon l'ordre des raisons*, de Guérout, que efetuava uma leitura rigorosamente interna do texto e mostrava como viável uma abordagem científica da filosofia. Daí que lêssemos os clássicos e, bem pouco, os seus comentadores. Esse procedimento teve uma grande vantagem, porque treinou bem os alunos. Teve também uma desvantagem, porque deixou os alunos e futuros professores pouco dispostos a lerem-se uns aos outros: buscava-se, sempre, o clássico.

O caráter republicano era tipicamente o da III República Francesa, com seus valores de educação universal, de laicidade do Estado e de incorporação das massas na cidadania. Recusando o tomismo dominante no pensamento filosófico brasileiro, os nossos leigos firmavam uma idéia de Estado e de república que os forçava a tomadas de posição – que, estas, remetem ao terceiro ponto: eram ou não de esquerda os especialistas em filosofia na USP?

Este ponto foi muito delicado. O departamento de filosofia foi o primeiro na USP, e talvez o primeiro no Brasil, a atribuir – em 1968 – sua direção a um colegiado paritário de professores e alunos, sendo logo seguido pela congregação da Faculdade de Filosofia como um todo. Essa iniciativa não se deu sem problemas. Poucos meses depois, a violência da ditadura expulsava da rua Maria Antonia, no centro da cidade, a Faculdade – ou os poucos cursos dela que ali eram ministrados, ou sejam, os de filosofia, ciências sociais, letras e psicologia. Além disso, houve uma sucessão de conflitos internos entre partidários e adversários da paridade e, finalmente, quando a ditadura se agravou, em dezembro daquele ano, o exílio de quase um terço dos docentes do departamento, somando-se a essa perda a cassação dos dois professores mais titulados do curso, em abril de 1969.

A participação dos professores franceses foi muito ativa em todo este contexto. Na verdade, porém, ela deve ser dividida em pelo menos dois tempos. Na década de 1930, quando os jovens Roger Bastide e Claude Lévi-Strauss lecionavam ciências sociais na USP, em filosofia se destacava Jean Maugüé, que ao contrário deles não chegaria a deixar renome no Brasil nem na França. Maugüé é hoje conhecido sobretudo graças ao empenho de Gilda e Antonio Candido de Mello e Souza, que foram seus alunos e reconheceram o papel que ele desempenhou em sua formação. O professor Maugüé convidava seus estudantes a uma imersão na cultura. Viam filmes, peças de teatro, liam romances e os comentavam com o professor. Não é demais insistir: essa etapa, vital para a formação de uma geração extremamente criativa e que a partir do momento em que criou a revista *Clima* se destacou no país, foi ignorada por muito tempo.

Foi ignorada porque uma segunda etapa a apagou. Essa etapa foi a da formação mais científica a que acima me referi. Novos professores franceses vieram, que tinham convicção mais estrita do que é a filosofia, e que formaram seus alunos nessa direção. Vários desses docentes tiveram atuação relevante na vida cultural paulista. Infelizmente, naquela época o país era bem menos integrado do que é hoje, e seu papel muitas vezes se confinava no Estado. Mas há que destacar a participação de Michel Debrun, que lecionaria até o fim da vida na Unicamp, e de Gérard Lebrun, na *Revista Brasiliense* e nas discussões políticas prévias ao golpe de Estado de 1964; o impacto da visita de Sartre e Simone de Beauvoir ao Brasil, inclusive com sua conferência na cidade de Araraquara, onde foram ciceroneados pelos jovens professores Fernando Henrique Cardoso e Ruth Cardoso; a atuação de Danielle Ancier (hoje, Rancière) e de Jean Galard, mais tarde diretor do serviço cultural do Museu do Louvre, no apoio a estudantes perseguidos, em 1969; e muitos outros. Como as aulas eram freqüentemente ministradas em francês, a ligação com os professores franceses era próxima. Talvez o seu apogeu se tenha dado em 1966, quando o jovem professor Michel Foucault ministrou um curso sobre o assunto do livro que publicaria no ano seguinte – *As palavras e as coisas*. Dessa época, data a sua definição do curso da USP como um “bom departamento francês de ultramar”, que seria o título (sem o *bom*) de um livro de Paulo Arantes, publicado em 1994. Curiosamente, ou não, o livro será crítico à dependência que se teve em relação a França; curiosamente, também, um livro que critica a USP será lido (ou não-lido) no resto do Brasil como se fosse uma obra de apologia a essa universidade, o que seguramente não é.

A partir da década de 1970, porém, o vínculo que descrevi foi diminuindo. O governo francês mantinha duas cadeiras de filosofia na USP; reduziu-as a uma só e ainda a fez itinerar, localizando-a por um tempo em Campinas, antes de extingui-la. Além disso, a filosofia francesa, a partir dos *nouveaux philosophes*, que se destacam em meados dos anos 70, perde parte de sua projeção, embora, evidentemente, o respeito por Deleuze, Derrida e Foucault se mantenha. Finalmente, e mais importante, pela mesma época começam a povoar os departamentos de filosofia do Brasil afora pesquisadores que tinham ido fazer seus doutorados no exterior, não só na França mas também na Alemanha, Reino Unido e Estados Unidos. O Brasil da filosofia passa a ir bem mais longe do que São Paulo, Porto Alegre e Paris.

Qual o balanço que se pode fazer desse itinerário? Como aqui se propõe apenas um depoimento, permito-me evocar uma lembrança, que analisei em livro recente. Em meados de 1968, o lingüista Roman Jakobson veio dar um curso na USP. As salas da faculdade de Filosofia se revelaram insuficientes para acolher o enorme público que desejava ouvi-lo. O

diretor da Aliança Francesa ofereceu então o teatro de sua escola, a cerca de quinhentos metros da Faculdade. Assim foi que, enquanto a ditadura se ensombrecia, quando já eram proibidas passeatas de protesto, centenas de pessoas seguiram o lingüista e seus anfitriões pelas ruas Dr. Vilanova, Major Sertório e General Jardim. Ali estava o triângulo da cultura, que se tornava um triângulo da resistência cultural, unindo a Faculdade, a Aliança e o Teatro de Arena, de Augusto Boal e Gianfrancesco Guarnieri. Em meses, a Faculdade seria expulsa de seus locais e os líderes do Teatro de Arena seriam forçados ao exílio. Em anos, a língua francesa perderia parte significativa de seu papel na cultura brasileira, e por isso mesmo, embora em menor grau, também em nossa filosofia.

Mas seria um enorme equívoco retirar, deste balanço, a sensação de um fracasso. Os professores franceses cumpriram um papel importante, talvez em dois planos. O primeiro foi o da formação técnica de alunos capacitados a lidar com textos difíceis. O segundo foi o de uma idéia ou ideal de intelectual, que exige dele a presença na cena pública, numa ágora que faz deles cidadãos em contato com sua sociedade. Não é fortuito que eu tenha aludido à III República. Esta ainda constitui um marco para todos aqueles que pensam a educação articulando-a com a cidadania. Sim, ela levou a abusos. Conhece-se a história do ministro da Educação Nacional que, numa reunião do Conselho de Ministros em fins do século XIX, diz a seus colegas, olhando seu relógio que marca nove horas da manhã: *“En ce moment, tous les élèves de France font leur dictée”*. Sabe-se que os africanos aprendiam a cantar *“Nos ancêtres les Gaulois”*, o que é risível. Hoje, queremos uma educação mais multicultural, mais livre. Mas a idéia de cidadania que a III República fomentou teve e tem ainda um papel fundamental para quem pensa a educação por um viés progressista. Da mesma forma, o legado francês na filosofia brasileira continua tendo sua importância.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS:

Arantes, Paulo. *O departamento francês de ultramar*. São Paulo, Paz e Terra, 1994.

Guérault, Martial. *Descartes selon l'ordre des raisons*. Paris, Aubier, 1953.

Ribeiro, Renato Janine. “O sentido filosófico desta discussão”, in *O afeto autoritário – televisão, ética e democracia*, São Paulo, Ateliê Editorial, 2005.

Ribeiro, Renato Janine. “Erros e desafios da filosofia no Brasil”, in *A universidade e a vida atual – Fellini não via filmes*, Rio de Janeiro, Campus/Elsevier, 2003.

Sartre, Jean-Paul. *Sartre no Brasil: a conferência de Araraquara*, com tradução e notas de Luiz Roberto Salinas Fortes. São Paulo, Paz e Terra, 1986.